

# PERMEÁVEL, *MA NON TROPPO?* A mobilidade social em setores de elite, Brasil – 1996\*

**Marcelo Costa Ferreira**

## **Introdução**

O objetivo deste artigo é analisar as elites brasileiras a partir das variáveis socioeconômicas que influenciam a mobilidade social, ocupacional intergeracional e/ou financeira entre membros e

\* Manifesto o meu reconhecimento aos pareceristas anônimos da RBCS, que contribuíram de forma ímpar para a qualidade deste estudo. Além deles, Paulo Leal e Natalie Itaborai Reis leram uma versão preliminar do trabalho. Também destaco que sem o incentivo inicial de Nelson do Valle Silva e o apoio dos meus colegas do departamento de Ciência Política do IFCS/UFRJ, este trabalho jamais teria sido realizado. A todos, grato. Todavia, a melhor forma de agradecê-los pela generosidade, interesse e olhar crítico seria afirmar que estão isentos da culpa de eventuais equívocos ou limitações deste estudo. Devo também enfatizar que o fato desta pesquisa utilizar dados do IBGE não atribui a esta instituição qualquer responsabilidade pelas análises e conclusões aqui apresentadas. A análise dos dados aqui apresentada é de minha inteira responsabilidade.

ex-membros desse estrato social. A análise dos dados aqui realizada revela o paradoxo da permeabilidade social dos grupos identificados como “elites”. Estudos clássicos sobre mobilidade social ou elites no Brasil, por exemplo, Pastore (1979), Silva (1979) ou McDonough (1980), destacam a permeabilidade dos “grupos dominantes” brasileiros. Entretanto, a análise de dados aqui empregada apresenta o caráter dual atribuído à mobilidade social em setores de elite no Brasil em 1996: neste setor, ascensão e queda se revelam igualmente frequentes e seus representantes, tanto os ascendentes quanto os descendentes, possuem características socioeconômicas similares.

Essa dinâmica se comprova quando particularmente se consideram critérios de mobilidade ocupacional ou ocupacional/financeira. A sociedade brasileira apresenta uma elite muito fechada a outros grupos ocupacionais quando o critério financeiro é o único adotado. Em outras palavras, altos rendimentos provêm quase invariavelmente da renda anteriormente acumulada pela família.

No entanto, há uma complexa “teia” de fatores associados à queda ou à ascensão dentro do estrato da elite. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 1996 nos fornece dados para uma análise multivariada das características socioeconômicas e ocupacionais referentes à mobilidade social. Em termos sucintos, filiação ocupacional no setor público, cor branca, posse de mais de um vínculo empregatício e elevada escolaridade são os atributos de quem pertence à elite. A queda social estaria, por sua vez, relacionada a não conclusão do curso superior, ao emprego no setor privado e à manutenção de apenas um vínculo empregatício.

Apesar da importância do estudo sobre as elites, e a sua relação com a desigualdade e a mobilidade social no Brasil, a literatura especializada reproduz uma característica padrão das Ciências Sociais brasileiras: dedicar um espaço analítico restrito aos chamados “grupos dominantes”, o que não compromete a inegável qualidade dos estudos sobre mobilidade realizados no Brasil, principalmente a partir de 1973.<sup>1</sup> Este trabalho se propõe ajudar a preencher essa lacuna.

Exemplos desta constatação podem ser encontrados nas análises de Pastore (1979) e Silva (1979) baseadas na análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, de 1973, que revelaram um panorama até então desconhecido sobre o fenômeno da mobilidade. Os motivos desse ineditismo foram a disponibilidade sem precedentes de uma pesquisa de abrangência nacional e a singularidade do cenário social analisado, em que o Brasil era remodelado por um vigoroso processo de desenvolvimento econômico, iniciado a partir de 1960 e que atingiu o ápice em 1973, ano anterior ao ocaso do “Milagre Econômico”. Até então, havia raros estudos de caso sobre a mobilidade em algumas cidades brasileiras, realizados, sobretudo, no início da década de 1960.<sup>2</sup>

A maior novidade proposta pela análise de Silva (1979) foi o que ele denominou “as duas faces da mobilidade”. O diagnóstico do autor identificou que a sociedade brasileira em 1973 combinava dois fenômenos, em princípio contraditórios: uma enorme desigualdade social convivia com

um forte processo de mobilidade. Na década de 1970, eram visíveis os efeitos da grande concentração de renda, fomentada pelas políticas macroeconômicas do regime militar pós-1964.

Transformou-se em lugar a comum a expressão da época “O país vai bem, mas o povo está mal”. Porém, havia uma intensa mobilidade social caracterizada por dois vetores: curtas distâncias sociais percorridas pelos inúmeros indivíduos dos estratos sociais mais baixos na hierarquia social, enquanto um contingente muito reduzido de pessoas – alocadas em posições mais elevadas na pirâmide social – percorriam grandes trajetórias sociais. E, segundo Pastore e Zylberstajn (1991), este fenômeno não seria um paradoxo.

Também foram destacadas outras características da mobilidade social no Brasil. Entre elas, Pastore (1979) acentua na mensuração das taxas de mobilidade no Brasil o forte componente da mobilidade estrutural, ou seja, o processo de ascensão social estimulada pelo crescimento econômico. Quanto mais cedo se dá a entrada no mercado de trabalho, maiores serão as chances de um posicionamento nas camadas mais baixas da pirâmide social.

Além disso, a idade de inserção no trabalho está relacionada diretamente ao *background* familiar, ou seja, quanto mais baixa a renda, menor será a idade com que se inicia a vida profissional. Um outro ponto de destaque é que o processo de mobilidade social estaria muito mais associado a estratégias de aquisição de escolaridade por parte do indivíduo do que à escolarização do genitor. Contudo, o respectivo *status* ocupacional do pai teria um papel importante na mobilidade ocupacional do entrevistado.

Já Silva (1979) ressaltou a predominância da mobilidade social ascendente, disseminada na maioria dos estratos sociais. Um outro ponto de destaque é a parca influência da mobilidade por circulação, de onde se constata a existência de fortes barreiras à mobilidade entre os estratos rural/não-rural e manual/não-manual. Contudo, ocorre uma intensa mobilidade no interior dos estratos sociais, ainda que permaneça evidente a estruturação de classes sociais bem-definidas na estrutura social brasileira.

Um outro estudo sobre elites, no âmbito da ciência política,<sup>3</sup> foi a pesquisa realizada por McDonough (1980) a partir de dados do *survey* de elites, “Representação e Desenvolvimento no Brasil, 1972/1973”. Segundo o autor (1980, p. 58), os setores de elite no Brasil são originários, em geral, da classe média. A elite brasileira investigada em 1972 não apresentava características hereditárias, ao contrário, ela era composta em grande parte de membros que passaram por processos de mobilidade social caracterizados por longas distâncias.

Retornando à literatura sociológica, nas décadas de 1980 e 1990, o estudo de Pastore e Zylberstajn (1991) comparou os dados sobre mobilidade social entre 1973 e 1982, e Pastore e Silva (2000) fizeram essa mesma análise nos anos de 1973 a 1996 (dados da PNAD). Em ambos os períodos, as pirâmides sociais eram muito desiguais, a idade de inserção no mercado de trabalho e a escolarização eram mais importantes do que o *status* inicial dos pais, e havia uma considerável permeabilidade nos estratos sociais mais altos. Ao se comparar o ano de 1973 e 1996, constatou-se um aumento absoluto do número de pessoas que integravam a elite. Além disso, em 1973, a mobilidade estrutural ainda era a principal característica da mobilidade social, ao contrário do que ocorreu em 1996, ano que apresentou um razoável aumento da mobilidade de circulação.

Porém, em 1982, foi considerável o aumento do total de indivíduos que caíram na escala social. Em suma, percebe-se que, apesar de algumas diferenças percentuais – muito significativas em termos estatísticos, mas de pouca expressão quantitativa –, a estrutura da mobilidade social no Brasil em 1973 e 1996 é idêntica. Ocorreu, porém, um enorme crescimento da mobilidade descendente na década de 1980, conforme mostra o Gráfico I.

Conforme já foi destacado, os estudos sobre mobilidade social realizados nas décadas de 1970, 1980 e 1990 apresentaram não só maior frequência como também um salto qualitativo. Porém, apenas algumas vezes estes estudos analisaram o estrato social correspondente à “elite”.

Por exemplo, a pesquisa de Pastore (1979, p. 196) destaca a formação de uma elite com alto grau de permeabilidade social por causa do enorme

**Gráfico I**  
**Percentual nas Taxas de Mobilidade Ascendente, Descendente e de Imobilidade nos anos de 1973, 1982, 1988 e 1996**

	1973	1982	1988	1996
Ascendente	47,1	39,9	37,4	49,6
Imobilidade	41,6	32,4	35,2	36,8
Descendente	11,3	27,6	27,3	13,6

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 1973,1982,1988,1996/IBGE. Albuquerque (1994, p. 14), *apud* Pastore (1993) e Silva e Pastore (2000, p. 64).

crescimento econômico então vigente, fenômeno que favoreceria o incremento da fluidez social no Brasil.<sup>4</sup> Analisando dados da PNAD de 1973, Pastore (p. 155) observa que o índice de auto-recrutamento na elite brasileira é de apenas 17,5%. Ou seja, aproximadamente 80% de seus membros são recrutados em estratos sociais mais baixos. Esse panorama é o contrário do Brasil no início do século, quando a elite apresentava um padrão de auto-seleção elevadíssimo – segundo Pastore.

O cenário da elite aberta a outros estratos sociais manteve-se na sociedade brasileira em 1996. O estudo de Silva e Pastore (2000), pautado na análise dos dados sobre mobilidade social incluídos na PNAD de 1996 e de 1973, compara os padrões de mobilidade nesses dois anos. Em 1996, 18,4% dos membros da elite tinham o pai originário do mesmo estrato social. Houve uma notável inclusão de indivíduos cujos pais pertenciam ao estrato baixo-superior (de 6,3%, em 1973, a 16,3%, em 1996) e uma redução significativa daqueles cuja origem paterna era do setor médio-médio (de 34,0%, em 1973, a 18,4%, em 1996). Porém, Pastore e Silva tinham como pressuposto uma definição ocupacional da elite, o que direcionou os resultados da pesquisa.

Uma outra estratégia de análise seria considerar os representantes da elite, conforme o estudo de Albuquerque (1994), apenas os indivíduos que tivessem uma renda elevada. Nesse caso, a elite ficou restrita ao 1% de indivíduos mais bem posicionados financeiramente. Trata-se, segundo o autor, de um setor majoritariamente branco, cujos indivi-

duos se utilizam de todos os meios de comunicação (aproximadamente 80% dos entrevistados assistem à televisão e/ou lêem jornal todo dia) e apresentam elevada escolaridade (62,6% têm 16 ou mais anos de estudos). Contudo, ao contrário dos estudos que partem de um critério apenas ocupacional, percebe-se que 77,5% dos indivíduos começaram a trabalhar entre 12 e 19 anos. Considerando apenas o fator renda, a elite financeira estaria confinada exclusivamente à ocupação de “proprietários empregadores”.

Essa perspectiva contrapõe-se radicalmente à tese do caráter aberto das elites brasileiras, defendida por Silva e Pastore (2000), que chegaram a essa conclusão ao comparar as taxas de auto-recrutamento das elites de outros países fornecidas por Heath (1981). Os autores destacam uma enorme permeabilidade social e, em termos gerais, uma vigorosa estabilidade entre os padrões de seletividade social no período estudado.

Em contrapartida, a presente pesquisa pretende analisar de forma mais detalhada algumas questões que dizem respeito exclusivamente ao setor de elite. Por exemplo, utilizando uma escala ocupacional mais detalhada,<sup>5</sup> qual seria a composição social de seus membros? Por que alguns destes representantes decaem para estratos socioocupacionais mais baixos? Qual a influência de vetores ocupacionais ou financeiros na identificação de uma elite? Quais características socioeconômicas estariam associadas à inclusão, exclusão ou permanência no setor de elite?

Enfim, este trabalho pretende aumentar o estoque de conhecimento acumulado pelos estudos sobre mobilidade social no Brasil no que diz respeito aos setores de elite. Para atingir esta meta, analisarei os dados do suplemento de mobilidade social anexado a PNAD de 1996. O foco desta pesquisa consiste em investigar a relação entre mobilidade ocupacional intergeracional ascendente, imóvel ou descendente e variáveis como cor, ocupação no setor público ou privado, idade de inserção no mercado de trabalho, número de empregos e escolaridade dos entrevistados e dos respectivos pais. Para tanto, serão utilizadas algumas tabulações, além da técnica estatística multivariada denominada análise de correspondência múltipla.

O presente estudo está organizado em mais quatro seções. Na primeira, apresentam-se as análises e as definições conceituais sobre setores de elites nos estudos de mobilidade social. Em seguida, a base de dados e a definição de elite empregadas nesta pesquisa são apresentadas ao leitor para que, então, seja efetuada a análise dos dados, que, por sua vez, se divide em dois tópicos. No primeiro, uma caracterização da elite brasileira a partir de critérios ocupacionais e financeiros; no segundo, uma análise das variáveis associadas à ascensão, ao declínio ou à inércia social. Por fim, na conclusão, serão resumidas as principais idéias suscitadas ao longo deste trabalho.

### **O “quebra-cabeça” analítico: quem são as “elites”?**

Esta seção discute o “quebra-cabeça” analítico acerca de uma definição da elite. Um tradicional clichê sociológico afirma que várias árvores e tanques de tinta foram gastos no material impresso sobre o debate conceitual relativo às classes, suas definições e fronteiras na estrutura social. Como o objetivo deste estudo é elaborar uma análise de cunho empírico, deixo ao leitor a opção de consultar excelentes apresentações sobre essa longa discussão, disponíveis em diversos textos acadêmicos de elevada qualidade.<sup>6</sup>

Todavia, destaco que a vasta reflexão sobre o tema converge, em termos relativos, para dois fatores típicos de uma elite: a seletividade e o caráter fechado. Segundo Mills (1959, pp. 1-2) e Mosca (1939) – duas obras clássicas a esse respeito – as elites são compostas pela nata, por aqueles que se destacam e têm as mais altas qualidades, em termos quantitativos ou qualitativos. De fato, segundo Pastore (1979, p. 25), o esperado é que os estratos sociais mais altos na pirâmide social sejam mais fechados do que os estratos inferiores na estrutura social.<sup>7</sup>

Já Murphy (1988, p. 64) analisou a reflexão teórica na sociologia sobre as estratégias de fechamento social de um grupo. As credenciais acadêmicas, no sentido weberiano do termo, funcionam como mecanismo de barreiras aos neófi-

tos (*social climbers* ou *parvernus*) assim como as estratégias de criação de obstáculos à inclusão numa elite, como capital financeiro, social ou cultural – no sentido que Bourdieu (1989) confere a esses termos.

Então, o caráter de elevada auto-reprodução social é uma característica central de um grupo de elite. Um chiste de origem francesa revela este traço: quando um *nouveau riche* compra um castelo, comenta-se criticamente: “Castelos não se compram: se herdamos!”. Uma elite tradicional possui todo um conjunto de mecanismos para a exclusão dos escaladores sociais, conforme descrito nos estudos de Max Weber sobre estratificação social.

As pesquisas de Bourdieu constituem típicos exemplares das noções weberianas de fechamento social. Analisando as práticas culturais na sociedade francesa, Bourdieu (1979) aponta a adoção de um certo padrão cultural de comportamento, estruturado no *habitus* de cada agente, que determina e discrimina os indivíduos que não possuem os mesmos códigos de comportamento. A comunicação simbólica expressa através da certificação de que um dado *habitus* é correspondente ou não à classe social de elite funciona como mecanismo de fechamento social.

Esse mecanismo seria tão intrínseco à sociedade francesa que, não obstante as profundas transformações sociais e econômicas ocorridas na França desde a Revolução, a reprodução da estrutura hierárquica feudal continuaria vigente, segundo Bourdieu (1989). A nobreza de Estado é formatada a partir do acesso às credenciais fornecidas pelas grandes escolas de elite, de difícil acesso àqueles que não possuem o *habitus* da classe dominante, uma elite inserida numa estrutura social estática e impermeável.

Um exemplo de elite fechada pode ser encontrado no estudo de McDonough (1980, p. 63): “At the elite level São Paulo is the most insular of regions [...]. The temptation to view São Paulo as cosmopolitan stems from the state’s variety of European and Asian ethnic groups. But the first generations of immigrants do not gain public office, and they seldom become captains of industry. Most of the Paulista elite are businessmen rather than politicians or civil servants. They control vast

*amounts of wealth, and they make up the largest pool of entrepreneurial talent in Brazil. They are also extremely private, a collectivity with tribal qualities [grifos meus]”. Porém, nem todas as elites são assim tão impermeáveis.*

Por exemplo, Pareto (1966) aponta como característica de algumas elites a permeabilidade que lhes permite cooptar os membros mais qualificados das classes inferiores, fomentando a estabilidade da estrutura de poder e constituindo um tipo de classe social que Giddens (1973) denominou “elite solidária”. Na mesma linha de argumentação, Barros (1977, p. 105), ao analisar a formação das elites e a construção do Estado brasileiro, sugere que existem dois mecanismos de inclusão de novos membros: a pressão dos interessados em adentrá-la ou a decisão autônoma da própria elite em função de necessidades político-administrativas.

Ao analisar o segundo tipo de estratégia de cooptação das elites, Barros estabelece que foram duas as condições em que este tipo de processo ocorreu: capacidade de iniciativa própria de incorporação de novos membros e/ou processos de formação de Estados nacionais. Neste caso, eram abertas brechas no sistema educacional prevendo a incorporação de novos membros, como no caso dos privados (e caros) colégios das elites inglesas, *public schools*, (ver Wilkinson, 1964 *apud* Barros, 1977, p. 107); no Brasil, temos a criação dos colégios Militar e Pedro II no final do século XIX (Hairdar, 1972 *apud* Barros, 1977, p. 111); nos Estados Unidos, vemos o sistema de bolsas de estudos, concedidas por filantropos norte-americanos aos estudantes com potencial intelectual para serem membros das elites, mas que não têm condições de financiar seus estudos em uma *top university* que, excluindo Michigan e Berkeley, são privadas e possuem anuidades muito elevadas (Barros, 1977, p. 107).

Em resumo, evitou-se neste tópico discutir novamente a definição de uma classe social de elite, sem, contudo, ignorar dois fatores pertinentes à classe: a seletividade e o caráter fechado. Enquanto alguns autores, como Mosca e Pareto, destacam a supremacia das elites em termos quantitativos e qualitativos, outros, como Bourdieu e Murphy, debatem o caráter fechado que elas assu-

mem, e novamente Pareto e Barros refletem sobre sua permeabilidade.

### **Procedimentos metodológicos**

Esta seção descreve os dados analisados, discute o conceito operacional de setores de elites aqui empregado e apresenta a estratégia de análise das evidências. Reiterando, o presente estudo utiliza a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/1996, realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exceto nos anos em que é feito o censo demográfico. Seu objetivo é investigar informações relativas ao mercado de trabalho, características demográficas e dos domicílios, o que é denominado corpo básico da pesquisa. No ano citado, foi aplicado o suplemento sobre mobilidade social, que já havia sido anexado às PNADs de 1973, 1976, 1982 e 1988.

A PNAD é uma amostra por conglomerados dividida em três estágios: município, setor censitário e domicílio.<sup>8</sup> Seu desenho amostral, com ênfase no adotado desde 1981, permite inferências sobre toda a população brasileira, apesar de não incluir domicílios presentes na área rural da região Norte. No caso do presente estudo, foram selecionados os dados referentes aos chefes de família do sexo masculino, contendo informações relativas à ocupação atual, e de seus respectivos pais, totalizando 60.313 indivíduos (incluindo os entrevistados que não possuíam informações relativas às variáveis ocupacionais e que não pertenciam ao estrato de elite). A análise dos dados foi ponderada pelo peso do indivíduo – atualizado pela Contagem Populacional de 1996.

Já a classificação ocupacional empregada neste trabalho consiste na agregação dos 927 ocupações das PNAD de 1996 em 18 grupos de ocupações, com o objetivo de captar de forma mais precisa os setores de elites ocupacionais. Esse processo procurou criar, visando à análise da mobilidade ocupacional intergeracional, duas novas variáveis, recodificadas a partir da ocupação do pai do entrevistado à época de seus 15 anos, além da ocupação atual do respondente – segundo a classificação original do IBGE.

A definição operacional de elite empregada aqui engloba dois critérios. O primeiro combina aspectos ocupacionais com financeiros. Em relação aos aspectos ocupacionais, repete as categorias de elites classificadas nos estudos de Silva e/ou Pastore.<sup>9</sup> O segundo considera que todos os entrevistados que ganhem mais de R\$10.000,00 por mês em sua ocupação principal nas categorias proprietários empregadores, rurais ou administração, direção e chefia sejam recodificados como membros da elite.

O primeiro critério considera apenas a dimensão ocupacional, na qual as pessoas das categorias realocadas no setor de elite (caso ganhassem mais de R\$10.000,00 reais) foram mantidas em sua origem ocupacional. Como a PNAD de 1996 não inquiriu sobre a renda do pai do entrevistado, sua classificação ocupacional não inclui a dimensão financeira, ao contrário do que acontece com o entrevistado.

A estratégia de análise dos dados neste estudo será estruturada em cinco etapas. A primeira visa descrever o perfil socioeconômico da elite. Também são analisados os rendimentos e a escolaridade desse estrato em relação aos outros grupos ocupacionais. Serão comparados as medianas e os desvios padrões dos rendimentos da ocupação principal e dos anos de escolaridade nas 18 categorias ocupacionais presentes no arquivo de dados utilizado. Pretende-se discutir a relação entre escolaridade e rendimentos para a identificação do setor referente à elite.

A segunda tem como objetivo identificar quantas categorias ocupacionais de origem paterna existem em cada intervalo de rendimentos dos entrevistados, isto é, os filhos. Em outras palavras, analisar a relação entre a quantidade de categorias ocupacionais de pais e filhos (entrevistados) com subgrupos dos percentis mais elevados de renda. Ou seja, neste caso, a classificação ocupacional adotada considera que os indivíduos que ganhem mais de R\$10.000,00 mensais por ocupação principal nas categorias proprietários empregadores, rurais ou de administração, direção e chefia não sejam realocados para o grupo de elite, mas mantidos na classificação original. Em outras palavras: qual é a porcentagem de gru-

pos ocupacionais de pais e filhos entrevistados, quando a renda dos últimos está alocada no 75º percentil, ou seja, a renda da ocupação principal maior do que R\$6.847,90. Da mesma forma, este exercício será repetido no 80º, 85º, 90º, 95º e 99º percentis.

A terceira etapa consiste em identificar os padrões de mobilidade social no estrato de elite. Qual é o peso da mobilidade estrutural e a circulação no processo de mobilidade? Quantos sobem, quantos caem, quantos ficam?

A quarta etapa consiste em analisar tabelas nas quais a situação de mobilidade ascendente, descendente ou de imobilidade são relacionadas a cor, tipo de setor (privado ou público) e nível de setor (federal, estadual ou municipal) para os que são funcionários do governo. Além dos percentuais de cada célula da tabela, são apresentados os valores dos resíduos ajustados, cujo sinal, negativo ou positivo, indica barreiras ou facilidades de acesso a um certa quadrícula da matriz (ver Silva, 1990, p. 56).

A quinta etapa tem como objetivo efetuar a análise multivariada entre imobilidade, ascendência ou decadência e a instrução da pessoa de referência, o nível de instrução do pai, a quantidade de trabalhos na semana, a idade em que começou a trabalhar, o setor de emprego (público ou privado) e a cor do entrevistado. A técnica estatística empregada será a análise múltipla de correspondência, presente no pacote *categories* do programa SPSS.

### **Perfil das elites brasileiras**

A elite brasileira é majoritariamente branca (80,9%), enquanto 15,9% dos entrevistados se declaram pardos. A entrada no mercado de trabalho é precoce: 37,3% declaram que começaram a trabalhar entre 10 a 14 anos de idade, 20,1% entre 15 e 17 anos e 11,7% dos inquiridos tinham idade inferior a 9 anos de idade; 87,1% têm apenas um emprego, percentual que se divide entre o setor privado (56,5%) e o público (33,6% e 33,8%), sendo esses números referentes aos setores federal e estadual, respectivamente. Quase a metade dos entrevistados (45,2%) não nasceu no Estado em

que residia, o que reforça o papel importante da migração no processo de ascensão social.

A escolaridade do pai dos entrevistados é bem heterogênea, o que é compatível com a significativa permeabilidade social do estrato de elite no Brasil. Enquanto 12,4% dos pais dos entrevistados tinham o curso superior completo, 25,6% tinham apenas o primário concluído. Entre os entrevistados, 45,8% tinham mais de 15 anos de escolaridade, enquanto 19,2% tinham apenas 12, equivalente ao segundo grau incompleto.

A Tabela I aponta uma relativa correspondência entre as medianas de renda da ocupação principal e anos de estudo<sup>10</sup> entre os entrevistados da subamostra empregada neste estudo. De uma forma geral, os grupos com maiores medianas de anos de escolaridade têm maiores medianas de rendimentos provenientes da ocupação principal. Nesse caso, deve-se incluir na análise da mobilidade social no Brasil a complexa relação entre renda e escolaridade, associada com a posição no mercado de trabalho.

Diversos estudos, entre os quais destaco Barros e Mendonça (1996), Haller e Saraiva (1992) e Silva (1984), analisam essa questão. O primeiro estudo citado, por exemplo, destaca que a pobreza – mensurada nesse caso em termos de renda familiar – afeta os investimentos das famílias em escolaridade. O investimento educacional é interrompido porque membros da unidade familiar necessitam trabalhar durante o período de formação escolar.

Segundo Barros, Camargo e Mendonça (1996, p. 52), os salários no Brasil são muito sensíveis à escolaridade, em relação a outros países do mundo, como Grécia, Estados Unidos, Colômbia, Inglaterra e Alemanha. Como consequência, indivíduos alocados em famílias de baixa renda apresentam maiores dificuldades de ascensão social.<sup>11</sup> O mesmo tipo de conclusão é encontrado em Haller e Saraiva (1992), que revelam que a escolaridade tem um efeito muito significativo no incremento salarial tanto na análise dos dados da PNAD de 1973 como nos de 1982.

Já o estudo de Silva (1984), baseado na análise da PNAD de 1976, mostra que esta relação tende a diminuir gradativamente ao longo do tem-

Tabela I

**Descrição dos Estratos Ocupacionais, Segundo Estatísticas Descritivas da Renda\*  
da Ocupação Principal e Escolaridade – Brasil, PNAD, 1996**

Ordem	Estrato Ocupacional	Renda da Ocupação Principal		Anos de Estudo	
		Mediana	Desvio Padrão	Mediana	Desvio Padrão
18	Elites	1719,52	3184,51	13	4
17	Profissionais de nível superior***	1375,62	1646,50	15	2
16	Proprietários empregadores de pequeno porte***	1410,00	1725,56	11	4
15	Proprietários rurais empregadores***	684,79	1351,51	5	4
14	Pequenos a micro proprietários	570,65	1005,34	6	3,6
13	Administração, direção e chefia***	1031,70	1419,24	11	4
12	Funções administrativas de rotina	782,94	970,45	11	3,5
11	Técnicos e artistas	627,72	694,98	11	3
10	Supervisão do trabalho manual	798,92	742,33	8	3,5
9	Trabalhadores da indústria moderna	547,83	619,11	6	3
8	Trabalhadores da indústria tradicional	342,39	389,43	4	2,5
7	Trabalhadores no comércio estabelecido	547,83	966,41	8	3,5
6	Trabalhadores do comércio ambulante	342,39	579,66	5	3
5	Trabalhadores nos serviços pessoais	376,63	578,71	6	3
4	Trabalhadores nos serviços gerais	390,33	557,94	5	3
3	Trabalhadores nos serviços domésticos	194,02	180,43	4	2
2	Administradores a técnicos rurais	319,56	522,54	4	4
1	Trabalhadores rurais a empregados autônomos	146,08	364,87	4	2

\*As variáveis relativas aos rendimentos foram corrigidas para o mês de setembro de 1999, tendo como base o IPCA para rendas maiores do que oito salários mínimos e o INPC – ambos indicadores do IBGE, ver DPE/IBGE (1994) – para valores abaixo do citado corte.

\*\* Ponderados pelo peso do indivíduo, atualizado pela Contagem da População de 1996

\*\*\*Renda da ocupação principal inferior a R\$ 10.000.

po. Essa conclusão é semelhante a de Barros e Mendonça (1996, p. 59), que chama a atenção para o fato de que o papel desempenhado pela escolaridade do pai nas desigualdades sociais não é tão elevado como o esperado.<sup>12</sup> Essas conclusões são contrárias às identificadas por Lerner (1971 *apud* Silva, 1984). Analisando dados da amostra de 1,27% do censo demográfico de 1960, Lerner destaca a forte relação entre a escolaridade do genitor e de seu descendente.

Outro ponto de destaque na Tabela II é a permeabilidade social da elites brasileiras, que diminui à medida que for maior a respectiva renda.

Comparando-se a ocupação atual do entrevistado e a do seu pai, quando o primeiro tinha 15 anos, a partir de percentis de rendimentos da ocupação principal,<sup>13</sup> percebe-se que quanto maior for a renda da ocupação principal, mais fechada será a elite – o contrário do que percebemos quando combinamos conceitos de elites considerando a dimensão ocupacional. Isto é: a classificação ocupacional da Tabela II não considera os indivíduos que ganhem mais de R\$10.000,00 por mês em sua ocupação principal nas categorias proprietários empregadores, rurais ou de administração, direção e chefia como membros da elite, ao contrário



**Tabela II**  
**Mobilidade Intergeracional, Segundo Rendimentos da**  
**Ocupação Principal do Entrevistado, Brasil, 1996**

Categorias Ocupacionais*	Percentis e Respectivos Valores em Reais de Setembro de 1999											
	75%		80%		85%		90%		95%		99%	
	(6.847,90)		(9.130,53)		(11.463,50)		(15.475,73)		(22.927,00)		(57.317,00)	
	Ocupações											
	Pai	Filho	Pai	Filho	Pai	Filho	Pai	Filho	Pai	Filho	Pai	Filho
18	19,9	39,1	20,5	35,7	24,9	33,3	15,2	16,2	20,8	12,3		
17	4	5,1	4,1	3,8	6	0,5	9,5		14,2			
16	6,4	27,4	6,3	37,5	8,5	46,4	5,3	56,3	3,3	72,8	100	100
15	4,4	5,9	4,4	8,5	5	10,1	6,8	24	9,6	14,9		
14	13,5	3,1	11,5	2,7	7,5		1,9					
13	3,1	8,3	3,7	3	1,5	4,3		3,5				
12	3,7	1,3	3,6	1,4	0,7	0,6						
11	3,8	1,5	4,1	1,5	3	0,6						
10	0,8											
9	2,9	1,2	1,7	2,3	3,1	2,1	8,3		14,2			
8	7,5		9,9		8,2		9,4		4,2			
7	5,1	3,6	5,5	1,5	6	1,3	6,4					
6	0,6	0,2		0,4		0,8						
5												
4	6,7	1,6	5,9	1,4	6,3		6,4		14,2			
3												
2	0,6											
1	17	1,7	18,8	0,3	19,2		30,6		19,3			
Totais	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
N	131,962	152,229	69,160	77,464	37,037	43,450	13,932	16,117	6,281	6,613	207	207

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 1996/IBGE.

Processamento realizado pelo autor.

**\*Legenda**

18 Elites	9 Trabalhadores da indústria moderna
17 Profissionais de nível superior	8 Trabalhadores da indústria tradicional
16 Proprietários empregadores	7 Trabalhadores no comércio estabelecido
15 Proprietários rurais empregadores	6 Trabalhadores do comércio ambulante
14 Pequenos a micro proprietários	5 Trabalhadores nos serviços pessoais
13 Administração, direção e chefia	4 Trabalhadores nos serviços gerais
12 Funções administrativas de rotina	3 Trabalhadores nos serviços domésticos
11 Técnicos e artistas	2 Administradores a técnicos rurais
10 Supervisão do trabalho manual	1 Trabalhadores rurais a empregados autônomos

da taxinomia de ocupações utilizada no restante deste estudo.

Uma evidência deste ponto é o fato de que, do quarto quartil até o nonagésimo-quinto percentil, a elite financeira brasileira apresenta um amplo recrutamento entre diversas categorias ocupacionais. Progressivamente, o número de categorias ocupacionais do 75% até o 95% percentil sofre uma drástica redução – no caso da ocupação do filho, de 13 categorias para 3; na categoria do pai, de 13 para 8. Enfim, o último percentil revela a existência apenas de filhos e pais que foram ou são proprietários empregadores.

A elite brasileira, segundo o critério ocupacional financeiro adotado neste estudo, é muito permeável. A maioria absoluta dos entrevistados da elite (85%) apresentam origem paterna ocupacional em outros estratos. Um outro ponto de destaque é a idade em que os membros da elite entram no mercado de trabalho: 82,2% possuem idade de inserção ocupacional entre 9 e 19 anos.

Esta constatação é oposta à tendência identificada por Pastore (1979), destacando a relação entre idade de inserção no mercado de trabalho e ascensão social; ou seja, para Pastore, quanto mais avançada a primeira, mais elevada será a segunda dimensão. Na análise de dados efetuada neste estudo, 55,2% dos inquiridos apresentam pais com escolaridade de nível primário; 13,4% têm apenas o curso primário. As elites brasileiras, no entanto, apresentam elevada escolaridade: 45,8% têm curso superior completo.

Considerando o fator financeiro como critério exclusivo de definição de elite, a permeabilidade social nas elites brasileiras em 1996 diminui na medida direta em que for maior a renda da ocupação principal. Contudo, se incluirmos nesse critério a dimensão ocupacional, a elite brasileira apresenta uma altíssima permeabilidade (cerca de 85% dos membros desse estrato são neófitos). Mas, até que ponto este fato é indicador do caráter democrático da elite brasileira? Quais são os fatores que influenciam na ascensão, declínio e estabilidade no estrato de elites ocupacionais e financeiras? A segunda parte da análise, a seguir, analisará essas questões.

### **Padrões de mobilidade social entre membros ou ex-membros das elites**

Esta seção apresenta os padrões de mobilidade social entre os entrevistados que foram classificados como pertencentes à elite, ou que tiveram pais pertencentes a este estrato. Discute-se também a relação das variáveis relacionadas ao processo de ascensão, queda ou imobilidade social, como o grau de instrução do indivíduo e de seu pai, o tipo étnico, a quantidade de trabalhos na semana, a idade em que começou a trabalhar e o setor de emprego (público ou privado).

A elite brasileira apresenta uma grande taxa de mobilidade circular,<sup>14</sup> na ordem de 55,1%; isto é, pouco mais da metade dos entrevistados apresentaram mobilidade social a partir de processos sociais ou econômicos que não tiveram relação com o desenvolvimento econômico – processo denominado mobilidade estrutural. Neste caso, 44,8% dos inquiridos tiveram sua ascensão social ligada a este tipo de padrão de mobilidade. De onde se conclui que a estrutura social da elite brasileira, na sua componente ocupacional, é muito dinâmica.

Se considerarmos os indivíduos cujos pais tinham pertencido à elite, e que no momento da entrevista não mais ocupavam posições nesse estrato, 11,3% tiveram nele sua origem social, enquanto 64,2% eram ascendentes; os descendentes configuram 24,4%. Porém, considerando apenas os atuais membros, 85% têm pais originários de outras camadas sociais, enquanto 15% apenas permaneceram no estrato de origem.

Neste caso, a comparação dos fluxos de saída e entrada no estrato de elite permite analisar a permeabilidade do processo social de mobilidade. Entre os que entraram na elite, destacam-se quatro grupos ocupacionais: trabalhadores rurais, 22,2%; serviços gerais, 9,5%; trabalhadores na indústria tradicional, 9,3%; pequenos e micro proprietários, 9,3%. Já os grupos ocupacionais que mais receberam membros com mobilidade descendente, ou seja, os fluxos de saída, foram: profissionais de nível superior, 26,7%; proprietários empregadores, 19,0%; administração, direção e chefia, 18,6%; e funções administrativas de rotina,

17,3%. Destacam-se também os pequenos e micro empresários, 11,5% e os trabalhadores no comércio estabelecido, 12,8%. A questão de análise consiste em investigar por que esse padrão de mobilidade social ocorre. A tabela III mostra o cruzamento entre a situação de mobilidade e a cor declarada pelo entrevistado.

Percebe-se que a característica da permeabilidade da elite brasileira não se verifica quando é analisado o fator cor. Apenas 2,1% dos entrevistados se declararam negros. O sinal positivo dos resíduos ajustados na categoria branca indica que este grupo tem maior facilidade de ascensão e permanência na elite. Contudo, o inverso ocorre para as categorias não brancas, de curta permanência no grupo de elite, o que é expresso pelo sinal positivo das células não brancas em relação aos decadentes – e negativo para os que permanecem estáveis na categoria.

Esta evidência condiz com o estudo de Hasenbalg (1985). Baseado na análise dos dados da PNAD de 1976, ele afirma que os negros têm muito mais dificuldade de ascensão social do que os brancos. As dificuldades de ascensão dos não brancos são maiores para os estratos ocupacionais mais elevados, tanto quanto a probabilidade de decadência social. Até mesmo os brancos de origem ocupacional rural têm vantagens em relação aos negros – o que pode surpreender, posto que que a mobilidade entre estratos rurais e não-rurais

apresenta inúmeras barreiras à ascensão – e tendem a converter em mobilidade social os investimentos em educação de forma muito mais consistente do que os não brancos.

A análise dos dados da PNAD de 1996, realizada por Hasenbalg *et al.* (1999),<sup>15</sup> mostra que os padrões de mobilidade social entre brancos e não brancos são os mesmos que foram encontrados na investigação das informações da PNAD de 1976 (Hasenbalg, 1985). Segundo os autores, o principal problema da ascensão social dos não brancos consiste na dificuldade em converter os investimentos relativos à escolaridade em posições equivalentes à sua formação educacional no mercado de trabalho: “assim, a questão educacional parece estar se constituindo no nó górdio das desigualdades raciais em nosso país” (*idem*, p. 229).

Além da cor, uma outra dimensão significativa no fenômeno da mobilidade intergeracional entre as elites no Brasil diz respeito ao setor de trabalho, conforme mostra a tabela IV.

Estratégias de mobilidade social via setor privado não são tão seguras quanto as do setor público. Segundo a tabela anterior, os indivíduos da área governamental têm muito mais chances de ascender e permanecer estáveis em um setor de elite do que aqueles que trabalham no setor privado. A estabilidade do setor público é uma garantia em relação ao privado, já que o último é mais sensível a crises econômicas e ajustes geren-

**Tabela III**  
**Situação de Mobilidade Social e Cor nas Elites – Brasil, 1996**

Mobilidade\cor	Branca	Negra	Amarela	Parda	Totais
Decadentes	17,6 (-137,9)	0,7 (34,5)	0,3 (8,9)	5,8 (131,9)	24,5
Ascendentes	51,7 (21,1)	1,3 (-8,7)	0,8 (13,4)	10,4 (-23,0)	64,2
Estáveis	10,7 (155,4)	0,1 (-33,7)	0 (-32,1)	0,5 (-144,3)	11,3
Totais	80	2,1	1,1	16,8	100
N	1.471.706				

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 1996/IBGE.  
Processamento realizado pelo autor.

**Tabela IV**  
**Situação de Mobilidade por Tipo de Setor nas Elites – Brasil, 1996**

Mobilidade/ Setor	Privado	Público	Totais
Decadentes	16,5 (134,2)	6,4 (-134,2)	22,9
Ascendentes	37,3 (-74,9)	28,6 (74,9)	65,9
Estáveis	5,6 (-66,3)	5,6 (66,3)	11,2
Totais	59,1	40,6	100
N		919.259	

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 1996/IBGE.

Processamento realizado pelo autor.

ciais. O Estado no Brasil funciona também como um mecanismo de amortecimento das desigualdades sociais ao favorecer a “válvula de escape” pela mobilidade social a partir da oferta de empregos neste setor.

A tabela V apresenta a situação de mobilidade de acordo com o nível do setor em que o entrevistado trabalha na área governamental. As possibilidades de mobilidade social variam de acordo com o nível do setor público. A inércia social é constatada nos setores federal e municipal, sendo que o último também apresenta uma célula em que os estáveis encontram facilidades de ascensão através desta esfera.

Nossa estratégia de análise até o presente momento – baseada em tabulações bivariadas – apenas explora o fenômeno em questão. Isto ocorre porque diversas variáveis estão associadas à mobilidade social. É necessário, portanto, investigar esse “quebra-cabeças” a partir da análise estatística multivariada.

O “primeiro passo” a seguir é considerar inevitável a relação entre pobreza, pequena chance de ascensão social e imobilidade em estratos ocupacionais de baixo *status*. O Gráfico II ilustra as diversas variáveis atuantes no processo de mobilidade. Apresenta também um diagrama de análise de correspondência (ver Hair *et al.*, 1995), conten-

**Tabela V**  
**Situação de Mobilidade do Setor Público por Nível nas Elites – Brasil, 1996**

Mobilidade \Setor	Federal	Estadual	Municipal	Totais
Decadentes	5,8 (17,4)	7,9 (44,9)	2,1 (-70,6)	15,8
Ascendentes	21,4 (-63)	28,6 (-24,6)	20,4 (97,3)	70,4
Estáveis	6,4 (61,9)	5,4 (11,9)	2,1 (51,1)	13,8
Totais	33,6	41,9	24,5	100
N		373.106		

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 1996/IBGE.

Processamento realizado pelo autor.

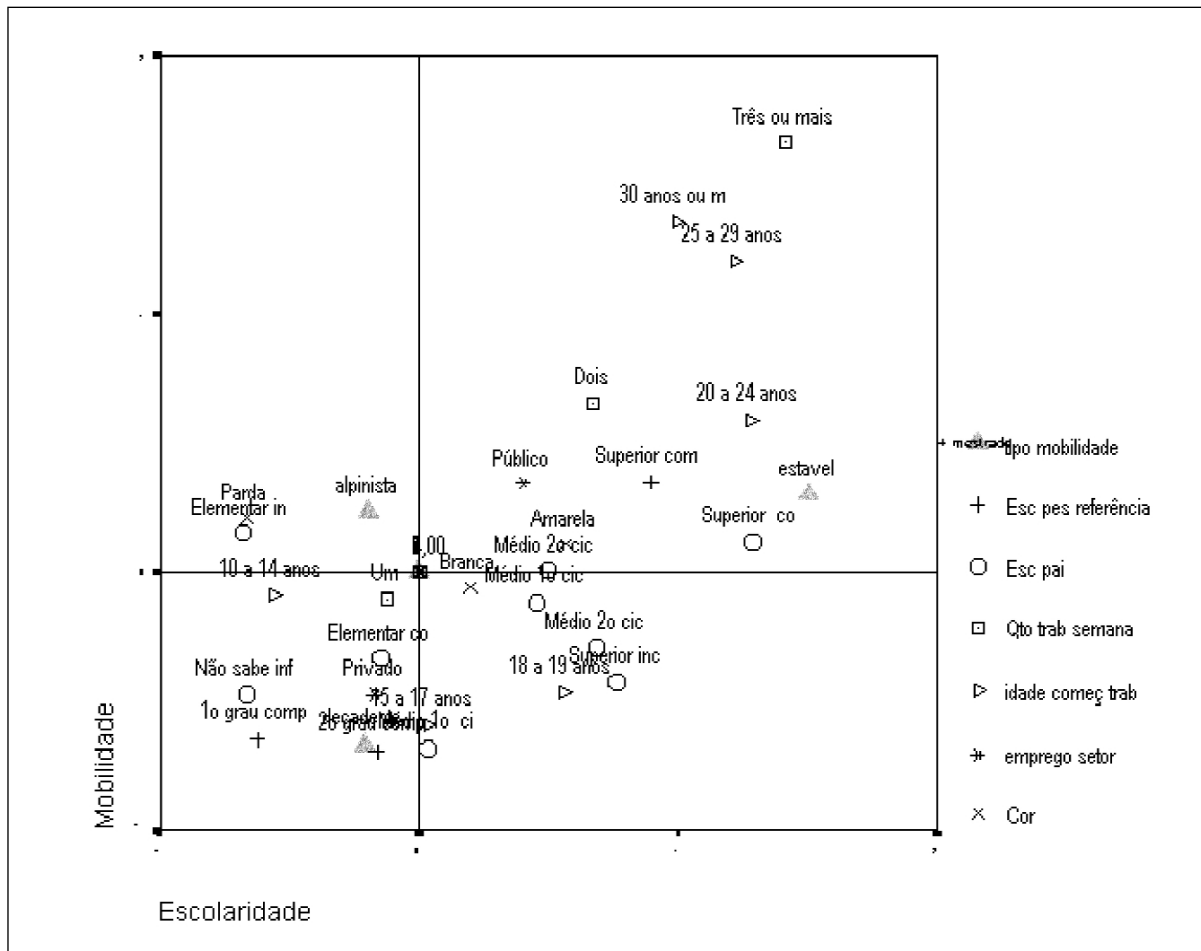
do as seguintes variáveis: mobilidade (imobilidade, ascendência ou decadência), escolaridade do pai e do filho, idade de inserção no mercado de trabalho, setor onde trabalha, cor e quantidade de trabalhos semanais.

A partir da definição dos respectivos grupos – “decadentes”, “alpinistas” ou estáveis – em função de variáveis relacionadas ao processo de mobilidade social, é possível visualizar no gráfico II a complexa “teia” entre os fatores relacionados à mobilidade.

A principal diferenciação entre os grupos refere-se ao papel da escolaridade, do setor de emprego, da quantidade de trabalhos e da inserção no mercado de trabalho. Há uma associação entre a escolaridade do respondente e a de seu pai, comportamento oposto ao esperado pela bibliografia pertinente, destacando a associação entre a escolaridade do pai e do entrevistado.

O primeiro grupo refere-se aos “estáveis”. Localizado no primeiro quadrante do gráfico II, no sentido anti-horário, apresenta indivíduos com mais de um emprego, cuja inserção no mercado de trabalho é bem tardia (a partir dos 24 ou 30 anos). A escolaridade dos pais desse grupo é alta (nível superior ou pós-graduação incompleta). O segundo grupo consiste nos “decadentes”: traba-

**Gráfico II**  
**Análise Múltipla de Correspondência; Espaço Social das Estratégias de Mobilidade das Elites, ou Ex-elites no Brasil, 1996**



lham no setor privado, têm baixa escolaridade ou curso superior incompleto e uma precoce entrada no mercado de trabalho. Curiosa é a situação dos “alpinistas”, que apresentam características comuns aos dois outros grupos.

A análise da mobilidade ascendente revela um caráter ambivalente da permeabilidade social das elites brasileiras em 1996. Por um lado, 85% dos entrevistados considerados de elite são ascendentes. Por outro, é muito fácil a queda social deste subgrupo. A decadência social está associada à não obtenção do título superior, à entrada precoce no mercado de trabalho, à posse de um emprego no setor privado e à manutenção de apenas um

emprego. A elite social brasileira é, portanto, muito democrática em aceitar novos membros, mas é bem fechada quando se considera a possibilidade de permanecerem nesse estrato.

A inércia social está relativamente associada a empregos públicos, enquanto a decadência encontra-se diretamente ligada ao setor privado. Quanto maior for o número de empregos, mais tarde será a entrada no mercado de trabalho, a qual, por sua vez, está associada à permanência no grupo de elite. Aqueles que têm apenas um emprego e que não conseguiram completar o curso superior decaem. Estabelece-se, assim, uma complexa interação entre renda e estratégias de

escolarização, e, como conseqüência, a posição no mercado de trabalho. O resultado deste processo reflete-se na possibilidade de ascensão, declínio ou inércia social.

A parte central no Gráfico II revela que a maior parte da elite apresenta uma posição volátil no respectivo estrato, ou seja, aqueles identificados no Gráfico II com o rótulo de “alpinistas”. As famílias que conseguem converter os seus rendimentos em capital escolar galgam melhores posições no mercado de trabalho. Quanto maior a escolaridade, maiores serão as chances de ter uma ocupação melhor qualificada.

Contudo, dada a enorme concentração de renda, além da discriminação racial, que pode influenciar na obtenção de empregos no setor privado, há aqueles indivíduos que alcançam a elite, mas logo decaem. Isto acontece porque o setor privado não apresenta estabilidade no emprego, pois os empregados nesse setor são muito mais sensíveis a problemas macroeconômicos do que os empregados no setor público.

Além disso, ascensão ou declínio estão associados a posições empregatícias na área privada. Qualquer situação de desemprego afeta a acumulação de renda familiar, dificultando o investimento escolar, que garante a ascensão social ao permitir melhores oportunidades de emprego no mercado de trabalho. Nesse caso, a mobilidade social depende muito da mobilidade estrutural, o que não é favorecido pela ausência de surtos de crescimento econômico desde a era do “Milagre Econômico”, em 1973. É dessa maneira que se apresenta o caráter dual da elite brasileira: o fato de ser realmente permeável convive com uma volatilidade na permanência nesse estrato social.

Isso se torna evidente quando observamos a interação entre cor e o processo de mobilidade. Enquanto a categoria “pardos” está associada à ascensão, a categoria “negros” se liga à decadência. Existe um processo de segregação social que dificulta a ascensão dos negros e facilita sua queda.

Os não brancos tendem a ter mais empregos no setor privado, possuindo apenas uma ocupação, com menos benefícios e estabilidade em relação aos disponíveis no setor público. Eles também começam a trabalhar mais cedo, e a per-

manência no setor de elite está associada a idades mais tardias de ingresso no mercado de trabalho. Outros dois aspectos de interesse são a posse do diploma do curso superior e a quantidade de empregos.

O curioso na análise dos dois últimos fatores citados é que eles ratificam alguns pontos presentes em estudos qualitativos sobre ocupações de elites. Analisando gerações de executivos da área de recursos humanos na cidade de São Paulo, Grün (1993, p. 57; 1986) aponta que o diploma de curso superior é um passaporte para o mundo executivo. Contudo, esta condição não requer necessariamente que o título venha de uma universidade de primeira linha: um dos entrevistados de Grün chegou a se recusar responder a perguntas referentes ao estabelecimento que havia expedido seu certificado.

A trajetória de ascensão social dos executivos analisados por Grün (1986) revela um padrão, principalmente no setor financeiro. Em geral, eles começavam sua carreira na empresa em uma ocupação para a qual não era requerido o curso superior, como bancário ou arquivista, por exemplo. Com a disseminação dos grandes computadores no ambiente empresarial no final dos anos de 1960, agentes com esse perfil se viram diante de uma oportunidade de ascensão, que combinaram com a obtenção de um título de curso superior muitas vezes adquirido nos períodos noturnos de instituições privadas de qualidade. Esse fenômeno demonstra um aumento do grau de escolaridade associado ao crescimento econômico, por sua vez, relacionado a mudanças tecnológicas, cujo resultado final do processo é a mobilidade social.

Já o estudo de Forjaz (1988) aponta que o exercício de mais de uma ocupação é uma das características de grandes empresários e proprietários paulistanos. Além do trabalho na empresa, eles possuem sítios ou outras atividades de trabalho, que denominam “exercícios de lazer”, mas que consistem em outra atividade profissional, conforme afirma a autora: “O trabalho aparece como o reino da liberdade, da escolha, da opção, da dedicação voluntária, exatamente porque esse é um dos únicos segmentos sociais onde existe possibilidade de escolher uma atividade, de sele-

cionar algum tipo de ocupação entre as várias alternativas, sem estar constrangido pela necessidade. [...] Além disso, os questionários demonstram que os dirigentes empresariais costumam diversificar constantemente as suas atividades, podendo assim evitar a rotina e a repetição enfadonha” (*idem*, p. 102). Esse fato, além da importância dada a mera posse da credencial do curso superior destacada por Grün, condiz com a análise apresentada no último gráfico do espaço de correspondências entre as categorias das variáveis relacionadas ao processo de mobilidade social.

Os dois últimos estudos qualitativos corroboraram o mapa social da mobilidade ocupacional intergeracional das elites brasileiras em 1996. Em outras palavras: analisando o gráfico II, percebe-se que a categoria estabilidade na elite está associada ao exercício de múltiplas funções, além do curso superior completo do respondente – conclusão também obtida nos estudos de Grün (1993, 1986) e Forjaz (1988) – e também associada à formação do pai, pós-graduação (mestrado ou doutorado) ou apenas o título superior – além de uma entrada muito tardia no mercado de trabalho.

Nesse caso, existe a possibilidade de outras camadas da elite, ancoradas no setor público ou exercendo atividades que permitem outras inserções profissionais, possuírem mais mecanismos de defesa contra as tempestades macroeconômicas e estarem mais protegidas contra o desemprego. Contudo, esta análise pode estar escondendo um outro fator de difícil observação: as redes pessoais como mecanismo de formação de uma elite.<sup>16</sup>

Assim, destaco a possibilidade de que as elites brasileiras, não obstante a sua relativa permeabilidade, utilizem um conjunto de redes de contatos pessoais que não são tão acessíveis aos ascendentes. O significativo percentual de mobilidade de circulação encontrado neste estudo é uma evidência razoável para esse argumento. Trata-se do proprietário empregador que, sócio assíduo das reuniões sociais no Jôquei Clube carioca, mantém o seu sítio nos arredores de Petrópolis, no Rio de Janeiro, ou ainda daquele ex-alto funcionário governamental da área econômica que acumula um emprego acadêmico a uma lucrativa consultoria ou a uma diretoria ou presidência de um banco.

Pode também ser aquele funcionário público que, com o salário corroído pela inflação, passa a fazer pequenos trabalhos informais.

Em todos esses casos, muitas vezes as oportunidades de trabalho derivam de relações pessoais. Da mesma forma, o manejo de relações interpessoais no mercado de trabalho, conforme a análise de Granovetter (1974), revela que a maior parte dos entrevistados em seu estudo quantitativo obteve emprego através de contatos pessoais. Essa rede de contatos seria um dos melhores mecanismos de proteção ao desemprego.

Esta última análise é muito importante no caso brasileiro. Existem diversos estudos, como Da Matta (1987), que destacam a importância das relações pessoais na sociedade brasileira. Já Schmitter (1971) e Nunes (1997) destacam que nas últimas décadas convivem, de forma simultânea no setor privado e/ou público, mecanismos pautados no universalismo de procedimento e no clientelismo. No entanto, não é fácil a análise da importância das redes pessoais no processo de mobilidade e obtenção de empregos, dada a enorme extensão de critérios personalistas de recrutamento na nossa sociedade, combinada com uma aversão – que muitas vezes é apenas verbalizada – a este tipo de recrutamento.

Em suma, a permanência no estrato de elite é muito restrita, e a permeabilidade social presente neste setor é contrabalançada pela instabilidade que atinge os que conseguem penetrar nesse estrato. Os membros da elite entram no mercado de trabalho muito cedo, mais isto só ocorre no plano agregado de análise.

Uma outra característica do fluxo de ascensão e queda é a entrada precoce no mercado de trabalho, contrariamente àqueles que se encontram estabilizados no estrato de elite. A estabilidade social está associada à manutenção de mais de um emprego, à posição no setor público, à posse de título superior.

Por outro lado, a decadência está associada à descontinuidade no investimento em educação, provavelmente decorrente de problemas financeiros, além da posição no setor privado e do vínculo de apenas um emprego. Já que a estabilidade está vinculada à obtenção de mais de uma ocupa-

ção, infere-se a possibilidade de existir um tráfego de influência por meio de contatos pessoais que ajuda o indivíduo a se manter estável na elite. Esse fato, entretanto, não constitui um objeto de fácil análise empírica.

### Conclusão

O objetivo deste trabalho foi aumentar o estoque acumulado nos estudos de mobilidade social em relação às elites no Brasil. Qual é o perfil da elite brasileira? Por que alguns membros da elite ascendem, decaem ou permanecem estáveis na pirâmide social? Quais são as variáveis que influenciam esse processo? São essas as questões que suscitaram a presente pesquisa.

A primeira etapa consistiu em definir o conceito de elite. Evitando uma análise exaustiva da literatura sociológica sobre classes sociais, discutiu-se a influência de duas características marcantes desse grupo localizado no topo da pirâmide social: a idéia de que os melhores pertencem à elite e de que ela não é aberta a qualquer pessoa. Nesse caso, as elites promovem barreiras à entrada de neófitos de acordo com a sua respectiva permeabilidade. Por exemplo, na França dificilmente um egresso que não seja de uma *Grande École* consegue entrar num setor de elite. Em contrapartida, existem sistemas de financiamento, como nos Estados Unidos, para aqueles que não têm condições de pagar os seus estudos em uma universidade de elite (Barros, 1977).

Apresentei os procedimentos metodológicos aqui empregados. Reiterando, este estudo se baseou em dados do suplemento de mobilidade social aplicado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE de 1996, para analisar homens – chefes de família – entre 20 e 64 anos. Este universo foi assim definido por repetir o conjunto de entrevistados analisado em outros estudos da área, como Pastore (1979) e Silva (1979). A partir desta fonte empírica, analisou-se a permeabilidade da elite pautada por critérios ocupacionais/financeiros, ou apenas monetários. Nesse caso, a análise focalizou a mobilidade ocupacional intergeracional.

Uma das principais estratégias consistiu na análise da mobilidade social ascendente, descendente ou imóvel com as seguintes variáveis: cor, ocupação no setor público ou privado, número de empregos, escolaridade e idade de inserção no mercado de trabalho. Para tanto, foram elaboradas tabulações correspondentes às variáveis em questão, além da análise de correspondência. Além disso, foram também efetuadas análises de medianas e desvios padrões de renda da ocupação principal e dos anos de escolaridade dos entrevistados, e comparadas as estimativas do grupo de elite com as categorias ocupacionais que não eram de elite.

A terceira etapa consistiu na análise dos dados, com suas respectivas subdivisões. Entre os resultados da investigação empírica, destaco cinco evidências. A primeira refere-se ao fato de a elite brasileira ser muito aberta na sua dimensão ocupacional, mas muito fechada no quesito financeiro. Constatou-se a existência de muitos entrevistados com *status* ocupacional mais elevado do que o do respectivo pai, mas aqueles que tinham elevados rendimentos provinham de famílias cujos pais já tinham uma renda expressiva.

A segunda evidência refere-se à descrição do perfil socioeconômico da elite. Foram considerados membros de elite os integrantes do grupo de proprietários empregadores, administradores, diretores e chefes, além dos profissionais de nível superior que ganhavam mais de 10.000,00 reais por mês por sua ocupação principal. Essa estratégia abrangeu de maneira simultânea a dimensão ocupacional e financeira.

Constatou-se a partir dessa estratégia que a elite brasileira é majoritariamente branca, metade dela é migrante, tem apenas um emprego no setor privado e insere-se de maneira precoce no mercado de trabalho. Quase metade dos inquiridos têm curso superior. Este perfil não se repete com os seus pais, que apresentam um perfil educacional bem heterogêneo.

A terceira constatação reside nos padrões de mobilidade social. A taxa de mobilidade por circulação – aquela atribuída ao próprio mérito do indivíduo – é de 55,1%; enquanto a mobilidade estrutural, provocada pelo crescimento econômi-



co, é de 44,8%. Entre os grupos ocupacionais que mais forneceram membros para elite, destacam-se os trabalhadores rurais, 22,2%. Já as categorias ocupacionais que receberam indivíduos descendentes sobressaem profissionais de nível superior (26,7%), proprietários empregadores (19%), administradores, diretores e chefes (18,6%) e aqueles que ocupam funções administrativas de rotina (17,3%). Incluindo todos os entrevistados, a taxa de imobilidade social é de 11,3%, enquanto a de ascendência social é de 64,2%. Os descendentes são da ordem de 24,4%.

A quarta diz respeito às causas de saída e permanência no setor de elite. A decadência social, como um contraponto simétrico das características que moldam o perfil dos indivíduos estáveis na camada de elite, está associada à posse de apenas um vínculo empregatício no setor privado, ao ciclo de escolarização incompleto, entrada precoce no mercado de trabalho, como as faixas de 15 a 17 anos ou de 18 a 19 anos. A estabilidade, por outro lado, está relacionada à posse de mais de um emprego, ocupação no setor público, elevada escolaridade do entrevistado e do respectivo pai e entrada tardia no mercado de trabalho: 20 a 24 anos.

Finalmente, constatou-se uma ambivalência da permeabilidade social da elite brasileira. Cerca de 15% dos entrevistados que pertenciam a esse setor em 1996 tinham pais no mesmo estrato. Contudo, os outros 85% tinham características socioeconômicas parecidas com as dos entrevistados que tiveram pais no setor de elite, mas que não mais pertenciam a essa camada no momento da realização da PNAD de 1996. Em suma, era tão fácil entrar na elite brasileira retratada em 1996 como sair dela.

Em outras palavras: a mobilidade social em setores de elites no Brasil é permeável, “*ma non troppo*”.

## NOTAS

- 1 O primeiro trabalho na ciência política brasileira que mencionou o tema da mobilidade, apresentando alguma relação com o tópico “elites” foi Martins (1974, pp. 177-181). Segundo esse autor, a partir de uma amostra representativa de engenheiros, físicos, economistas e cientistas sociais das cidades de São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro em 1970, aqueles que tinham a maior expectativa de mobilidade ascendente eram os que apresentavam maior identidade ideológica com o regime militar.
- 2 Hutchinson (1960; 1957) ou Latin American Center for Research in the Social Sciences (1962).
- 3 Outros estudos sobre as elites no campo da ciência política analisaram a opinião dos grupos dominantes sobre temas políticos ou sociais. Por exemplo, Lamounier e Souza (1991), Reis e Cheibub (1995) e Reis (2000).
- 4 Segundo o trabalho de Roditi e Silva (1986, p. 346), apesar da enorme industrialização ocorrida no Brasil a partir de 1960, o padrão de mobilidade social caracteriza-se pela estabilidade, o contrário do esperado pela bibliografia. Por exemplo, segundo Lipset e Bendix (1959), a industrialização de uma sociedade aumenta a sua respectiva fluidez social. O desenvolvimento econômico aumenta a quantidade de postos de trabalho, de oportunidades educacionais e de estabelecimento de negócios.
- 5 A escala utilizada nos trabalhos de Pastore e Silva (2000) apresenta seis estratos, do baixo inferior até o alto. O presente estudo utiliza uma classificação com 18 categorias, desde os trabalhadores rurais até a elite.
- 6 Crompton (1993), Parkin (1979), Wright (1985) ou Giddens (1973), entre outros.
- 7 Uma possibilidade de reflexão: o fechamento de um grupo de elite a novos integrantes poderia ser pensado a partir dos baixos custos da ação coletiva (Olson, 1965, pp. 53-65), de montagem de barreiras a entrada de um pequeno segmento de pessoas que se auto identificam como elite. As massas seriam mais permeáveis, posto que também se compõem por um número maior de pessoas que os grupos dominantes, o que acarreta menor capacidade de organização (Michels, 1968, pp. 107-117). Ressalto, contudo, que a natureza deste artigo é empírica.
- 8 Ver DPE/IBGE, 1981.
- 9 Engenheiros, arquitetos, médicos, dentistas, acadêmicos de hospital, economistas, magistrados, advogados, defensores públicos, professores/pesquisadores, professores de ensino superior, empresários da extração vegetal, empresários da indústria de transformação, empresários da construção civil, ministros, governadores, prefeitos, membros do poder legislativo, diretores, assessores a chefes no serviço público, administradores a gerentes na indústria de transformação, administradores da extração mineral, administradores a gerentes na indústria da construção

- civil, administradores a gerentes no comércio de mercadorias, administradores a gerentes nos transportes, administradores a gerentes de empresas financeiras imobiliárias e oficiais das forças armadas.
- 10 Os entrevistados com menos de um ano de escolaridade foram excluídos dos cálculos das estatísticas descritivas dos anos de estudo. Além disso, as estimativas relativas à escolaridade foram arredondadas para as casas decimais terminadas em 0 ou 5.
  - 11 O estudo de McDonough (1980, p. 58) ressalta que a ascensão social das elites entrevistadas por sua equipe em 1972 foi, em grande parte, consequência do investimento em escolaridade.
  - 12 Entretanto, segundo Lerner (1971), existiria também uma vigorosa associação entre o processo de escolarização do indivíduo e a renda de seu pai – e esse ponto está de acordo com Silva (1981), que demonstra que os rendimentos paternos chegam a ser mais influentes do que a própria escolaridade do pai.
  - 13 Apesar de a literatura sobre o estudo de desigualdades apresentar a renda familiar como uma variável *proxy* mais robusta para avaliar o bem-estar de um indivíduo, considere apenas os rendimentos advindos da ocupação principal. Dois motivos justificam a minha opção: 1) a correlação linear de Pearson entre os dois citados tipos de rendimentos é de 0,87, ou seja, a associação linear entre ambas é bem vigorosa; e 2) a identificação da trajetória de mobilidade como um fenômeno de ordem individual.
  - 14 Os conceitos de mobilidade por circulação, estrutural, fluxos de entrada e saída são apresentados em detalhes no capítulo II de Silva e Pastore (2000).
  - 15 “Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional no Brasil”, in Hasenbalg *et al.* (1999).
  - 16 Uma pesquisa interessante sobre o peso das redes sociais no processo de identificação social pode ser encontrada em Smith e Moore (2000). Esses autores analisam a interação entre negros e brancos numa universidade norte-americana. Contudo, esse tipo de análise é inviável no Brasil, dadas as diferenças culturais no processo de afirmação pública de identidades culturais no Brasil e nos Estados Unidos.
- do Estado nacional brasileiro”. *Dados*, 15: 101-122.
- BARROS, Ricardo Paes e MENDONÇA, Rosane (1996), *Os determinantes da desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA, Série Seminários, 20.
- BARROS, Ricardo Paes, CAMARGO, José Marcio e MENDONÇA, Rosane (1996), *Os determinantes da pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA, Série Seminários, 19.
- BOURDIEU, Pierre (1989), *La noblesse d'État: grandes écoles et esprit de corps*. Paris, Editions de Minuit.
- \_\_\_\_\_. (1979), *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris, Editions de Minuit.
- CROMPTON, Rosemary (1993), *Class and stratification*. Cambridge, Polity Press.
- DA MATTA, Roberto (1987), “Cidadania: a questão da cidadania num universo relacional”, in \_\_\_\_\_. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara.
- DPE/IBGE (1994), *Sistema nacional de preços ao consumidor: métodos de cálculo*. Rio de Janeiro, IBGE, Série Relatórios Metodológicos, 14.
- \_\_\_\_\_. (1981), *Metodologia da pesquisa nacional por amostragem de domicílios na década de 70*. Rio de Janeiro, IBGE, Série Relatórios Metodológicos, 1.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina (1988), “Lazer e consumo cultural nas elites”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, I (6): 99-113.
- GRANOVETTER, Mark S. (1974), *Getting a job: an study of contacts and careers*. Cambridge, Harvard University Press.
- GIDDENS, Anthony (1973), *The class structure of advanced societies*. Londres, Harper & Row.
- GRÜN, Roberto (1993), “Sobre o envelhecimento gerencial”. *Revista de Administração de Empresas*, EAESP/FGV/SP, 33 (2): 44-63.
- \_\_\_\_\_. (1986), “Taylorismo e fordismo no trabalho bancário: agentes e cenários”.

## BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Paula Medeiros (1994), *Um estudo da população de altos rendimentos no Brasil nos anos recentes*. Rio de Janeiro, IPEA, Série Seminários, 10.
- BARROS, Alexandre de S. C. (1977), “A formação das elites e a continuação da construção

- Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, I (2): 13-27.
- Haidar, Maria de Lourdes Mariotto (1972), *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo, Edusp/Editorial Grijalbo.
- Hair, Joseph *et al.* (1995), *Multivariate data analysis with readings*. 4 ed. Nova Jersey, Prentice Hall.
- Haller, Archibald e Saraiva, Hélcio (1992), "The income effects of education in a developing country: Brazil, 1973 and 1982". *Research in social stratification and mobility*, 11: 295-336.
- Hasenbalg, Carlos (1985), "Race and socioeconomic inequalities in Brazil", in Fontaine, P. M., *Race, Class and power in Brazil*, CAAS, UCLA.
- Hasenbalg, Carlos, Silva, Nelson do Valle e Lima, Márcia (1999), *Cor e estratificação social no Brasil*. Rio de Janeiro, Contracapa.
- Heath, Anthony (1981), *Social mobility*. Londres, Fontana.
- Hutchinson, B. (1957), "The social grading of occupation in Brazil". *The British Journal of Sociology*, III: 176-189.
- Hutchinson, B. *et al.* (1960), *Mobilidade e trabalho*. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE). Rio de Janeiro.
- Jones, Theresa Polly (1996), *Gastos sociais e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA, Série Seminários, 4.
- Lamounier, Bolívar e Souza, Amaury (1991), "Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança". *Dados*, 34 (3): 331-347.
- LATIN American Center for Research in the Social Sciences (1962). *Stratification and mobility in a Latin American city: Guanabara, Brazil, 1959-1962*. Rio de Janeiro.
- Lerner, M. (1971), "Determinants of educational attainment in Brazil, 1960". Ann Arbor, University Microfilms.
- Lipset, Seymour Martin e Bendix, Reinhard (1959), *Social mobility in industrial society*. Berkeley, The University of California Press.
- Martins, Carlos Estevan (1974), *Tecnocracia e capitalismo: a política dos técnicos no Brasil*. São Paulo, Edições Brasiliense/Cebrap.
- McDonough, Peter (1980), *Power and ideology in Brazil*. Princeton, Princeton University Press.
- Michels, Robert (1968), *Political parties: a sociological study of the oligarchical tendencies of modern democracy*. Nova York, The Free Press.
- Mills, Wright (1959), *The power elite*. 17 ed. Nova York, Oxford University Press.
- Mosca, Gaetano (1939), *The ruling class*. Nova York, McGraw-Hill.
- Murphy, Raymond (1988), *Social closure: the theory of monopolization and exclusion*. Oxford, Clarendon Press.
- Nunes, Edson de Oliveira (1997), *A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar/ENAP.
- Olson, Mancur (1965), *The logic of collective action: public goods and the theory of groups*. Cambridge, Harvard University Press.
- Pareto, Winfredo (1966), *Sociological writings*. Nova York, Frederick A. Praeger.
- Parkin, F. (1979), *The marxist theory of class: a bourgeois critique*. Londres, Tavistock.
- Pastore, José (1979), *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. São Paulo, T. A. Queiroz.
- Pastore, José e Haller, Archibald (1993), "O que está acontecendo com a mobilidade social no Brasil?", in Velloso, J. P. R. e Cavalcante, R. C. A. (orgs.), *Pobreza e mobilidade social*, São Paulo, Nobel.
- Pastore, José e Silva, Nelson do Valle (2000), *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo, Makron Books.
- Pastore, José e Zylberstajan, Helio (1991), "Tendências da mobilidade social no Brasil e em São Paulo. Trabalho apresentado ao IV Fórum Nacional.

- \_\_\_\_\_. (1990), *Social mobility in Brazil: the role of education*. Datilo.
- REIS, Elisa Pereira (2000), "Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, (15) 42: 143-152.
- REIS, Elisa Pereira e CHEIBUB, Zairo (1995), "Valores políticos das elites e consolidação democrática". *Dados*, (38) 1: 31-56.
- RODITI, Deborah e SILVA, Nelson do Valle (1986), "Et plus ça change... Tendências históricas da fluidez social no Brasil". *Dados*, (29) 3: 345-364.
- SCHMITTER, Philippe (1971), *Interest conflict and political change in Brazil*. Stanford, Stanford University Press.
- SMITH, Sandra e MOORE, Mignon (2000), "Intraracial diversity and relationa among african-americans: closeness among black students at a predominantly white university". *American Journal of Sociology*, 106 (1): 1-39, julho.
- SILVA, Nelson do Valle (1990), *Introdução à análise de dados qualitativos*. Rio de Janeiro, Vértice.
- \_\_\_\_\_. (1984), *Mudanças na estratificação educacional brasileira: uma análise de coortes*. Relatório Técnico do Laboratório Nacional de Computação Científica, n. 6.
- \_\_\_\_\_. (1981), "Cor e o processo de realização socioeconômica". *Dados*, 25: 391-409.
- \_\_\_\_\_. (1979), "As duas faces da mobilidade". *Dados*, 21: 49-68.
- WILKINSON, Rupert (1964), *Gentlemanly power: british leadership and the public schools tradition*. Nova York, Oxford University Press.
- WRIGHT, E. O. (1985), *Classes*. Londres, Verso.

**PERMEÁVEL, MA NON TROPPO?: A MOBILIDADE SOCIAL EM SETORES DE ELITE, BRASIL – 1996**

Marcelo Costa Ferreira

**Palavras chaves**

Mobilidade ocupacional; Elites; Desigualdade social; Mobilidade social e intergeracional.

O objetivo deste artigo é analisar as elites brasileiras a partir das variáveis socioeconômicas que influenciam a mobilidade ocupacional intergeracional entre membros e ex-membros desse estrato social. Os procedimentos metodológicos utilizados consistem em investigar a relação da mobilidade ocupacional intergeracional ascendente, imóvel ou descendente com variáveis como cor de pele, ocupação no setor público ou privado, número de empregos, escolaridade e idade de inserção no mercado de trabalho. A fonte empírica é o suplemento de mobilidade social presente na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1996 do IBGE. A principal conclusão deste estudo reside nas evidências de que as elites brasileiras apresentam um perfil ambivalente na sua composição social: por um lado, existe uma inércia social em 15% dos membros desse estrato; por outro, 85% de elementos ascendentes podem facilmente decair, já que possuem as mesmas características sociais dos que já foram excluídos da elite.

**PERMEABLE, MA NON TROPPO?: SOCIAL MOBILITY IN ELITE SECTORS, BRAZIL - 1996**

Marcelo Costa Ferreira

**Keywords**

Occupational mobility; Elites; Social inequality; Social and intergenerational mobility.

The objective of this article is to analyze the Brazilian elites based on socioeconomic variables that affect the intergeneration occupational mobility between members and former-members of this social stratum. The methodological procedures used here consist of investigating the relationship between ascending, stable and descending intergeneration occupational mobility and other variables as skin color, occupation in the public or private sector, number of jobs, schooling and age insertion in the labor market. The empirical source is the social mobility supplement presented in the “1996 National Survey by Residential Sample” (PNAD) carried out by IBGE. The main conclusion of this study is based on the evidences that the Brazilian elites present an ambivalent profile in their social composition: on one hand, social inertia was found in 15% of the members of this stratum and, on the other hand, 85% of the ascending members could easily fall, since they possess the same social characteristics of the ones that have once been excluded from the elite.

**PERMÉABLE, MA NON TROPPO?: LA MOBILITÉ SOCIALE DANS LES SECTEURS DE L'ÉLITE, BRÉSIL – 1996**

Marcelo Costa Ferreira

**Mots-clés**

Mobilité occupationnelle; Élite; Inégalité sociale; Mobilité sociale et entre les différentes générations.

L'objectif de cet article est d'analyser les élites brésiliennes à partir des variables socio-économiques qui influencent la mobilité occupationnelle entre les différentes générations parmi les membres et les ex-membres de cette couche sociale. Les procédures méthodologiques employées consistent dans l'investigation de la relation de la mobilité occupationnelle ascendante, immobile ou descendante entre les différentes générations, avec des variables comme la couleur de la peau, l'occupation dans le secteur public ou privé, le nombre des emplois, la scolarité et l'âge d'insertion dans le marché du travail. La source empirique est le supplément de mobilité sociale présent dans le *Sondage Nationale par Échantillonnage de Domicile*, de 1996, réalisée par l'IBGE. La principale conclusion de cette étude se rapporte au fait que les élites brésiliennes présentent un profil ambivalent dans leur composition sociale : d'un côté, il existe une inertie sociale dans 15% des membres de cette couche ; de l'autre, 85% des éléments ascendants peuvent facilement déchoir, puisqu'ils possèdent les mêmes caractéristiques sociales de ceux qui ont déjà été exclus de l'élite.